

Iniciativa para a Economia Cívica

Documento de Apresentação

abril

2015

INDICE

I. Enquadramento	3
1. Um novo contrato social	3
2. O modelo económico	3
3. A Economia Cívica	4
II. Visão, Valores e Princípios	4
1. Visão	4
2. Valores	5
III. Os Eixos Estratégicos da IEC	7
1. Eixo do Conhecimento, Inteligência e Inovação Societal	8
2. Eixo Económico-financeiro	10
3. Eixo Cívico	11
4. Eixo Internacional	11
IV. A Arquitetura institucional e fluxos da IEC	12
1. A Arquitetura institucional	12
2. A dinâmica de interação entre as várias Instituições no desenvolvimento da IEC	21
V. O Programa de Inovação Societal e Mudança	22
1. Estrutura, fases e calendário	22
2. Metodologia de implementação do Programa	24
3. Os Programas transversais de Inovação Societal e Mudança	31
VI. A Rede de Conhecimento e Inteligência	32
1. A cadeia de valor	33
2. A estrutura da Rede de Conhecimento e Inteligência	35
3. O funcionamento da Rede de Conhecimento e Inteligência	36
VII. Calendário	37

I. Enquadramento

1. Um novo contrato social

Problemas sociais complexos, tais como o desemprego jovem e o de longa duração, a obesidade, o abandono escolar, taxas de natalidade reduzidas, territórios de baixa densidade, a poluição do solo e muitos outros requerem uma abordagem integrada, totalmente diferente da que impera hoje, um financiamento, um enquadramento institucional e modelos de governança trans-setoriais e colaborativos assim como práticas que permitam à Cidadania participar como um verdadeiro “stakeholder”. A economia cívica, é, por isso, uma proposta para uma mudança sistémica na forma como a sociedade está organizada e como os bens e serviços públicos são prestados à Comunidade.

Nalguns casos é o que está a acontecer. A verdadeira mudança, porém, só terá lugar quando esta “mentalidade coletiva” se transformar no cimento estratégico da organização da sociedade, quando um novo “contrato social” entre os “stakeholders” políticos, económicos, sociais e culturais for celebrado, baseado na capacidade e aptidão de todos para participar na configuração e prestação de bens e serviços públicos.

2. O modelo económico

Do ponto de vista económico, o modelo da Economia Cívica propõe uma mudança na forma como os bens e serviços públicos são financiados e produzidos ou prestados.

Em primeiro lugar, propõe uma mudança na forma como são entendidos os “custos sociais” colocando o acento tónico no conceito “investimento” em vez de o colocar no conceito de “despesa”. Neste sentido, é possível objetar que o Estado sempre investiu na prestação de serviços públicos: na educação, nas infraestruturas, nos serviços de saúde, por exemplo. No entanto, nunca houve a preocupação, por parte do Estado, de calcular o “impacto” deste investimento. Não havia necessidade. A prestação de bens e serviços públicos era assumida como um custo e o seu financiamento era providenciado através dos impostos. A crise financeira obrigou o Estado a cortar, de forma drástica, as despesas sociais devido à obrigação que lhe foi imposta de reduzir os desequilíbrios orçamentais.

Porém, o Estado ainda não considerou a possibilidade de poupar parte desta “despesa social”, examinando e calculando, de uma forma mais estratégica e sistemática, os vários impactos que esta mesma despesa pode ter na Comunidade. Se o fizer, é possível que identifique espaço para incrementar a eficiência desses “custos sociais” e poupar parte desse mesmo custo.

Em segundo lugar, propõe-se uma mudança na forma como os bens públicos são produzidos, considerando formas de produção mais sofisticadas e alargadas que as que constituem hoje ainda as formas tradicionais de produção: a que é assegurada pelo Estado e a que assenta em parcerias público-privadas. Nesse sentido, é desejável que a

própria comunidade consumidora dos bens públicos participe, ativamente, não apenas na definição do que constitui um bem público como também na própria configuração e prestação desse mesmo bem.

3. A Economia Cívica

É neste ponto que o modelo económico cruza o modelo cívico. Estas novas formas de produção e prestação de bens e serviços públicos de base comunitária e colaborativa - uma abordagem radical à resolução de problemas, necessidades e desafios sociais complexos - são, do ponto de vista económico e financeiro, mais eficientes e atrativas do que as formas tradicionais de produção de bens e serviços públicos. E a razão pela qual o são prende-se com o impacto coletivo que é gerado na Comunidade, superior ao do impacto derivado das parcerias público-privadas.

A estratégia para o desenvolvimento de um modelo baseado nesta economia de base cívica - envolvendo a comunidade na produção de bens e serviços públicos - assenta numa combinação de uma abordagem “top down” - liderada pelo Estado - e “bottom-up” - liderada pelas comunidades locais, visando ambas a criação e o desenvolvimento de uma rede de núcleos de inovação social que promovam e incentivem respostas inovadoras e sustentáveis para problemas, necessidades e desafios sociais complexos.

O Estado deve conceber e implementar um enquadramento institucional, legal e macro-económico estratégico com vista à criação das condições básicas para que a abordagem “bottom-up” possa desenvolver todo o seu potencial.

II. Visão, Valores e Princípios

1. Visão

A Iniciativa para a Economia Cívica (IEC) tem como missão promover um novo modelo de desenvolvimento económico e social baseado na co-criação colaborativa, entre o Estado e o sector público, a economia privada, a economia social e a Cidadania, de bens e serviços orientados para a satisfação do interesse geral e que gerem impactos sociais positivos e mensuráveis na Comunidade.

Mediante:

- a organização de Comunidades para a Economia Cívica, de base local, que desenvolvam plataformas alargadas e plurais e modelos de governança de base colaborativa e comunitária;
- o apoio e incentivo à inovação societal e ao empreendedorismo como método e processo que visa criar produtos e serviços mais eficazes e sustentáveis para a resolução de problemas, necessidades e desafios sociais complexos;

- a criação e o recurso a mecanismos e instrumentos financeiros de impacto social e ao micro-crédito como forma de incentivar a criação de empresas sociais inovadoras e sustentáveis que gerem incidências societais positivas na comunidade;
- o fomento da participação cívica, organizada e responsável, na definição e gestão do bem comum;
- a criação de uma rede de Conhecimento, Inteligência e Inovação societal destinada, por um lado, a gerar, partilhar e divulgar o conhecimento sobre o modelo económico, institucional e legal que subjaz à Economia Cívica, e, por outro lado, a recolha, tratamento e análise de dados assim como a definição e desenvolvimento de metodologias e instrumentos de avaliação das incidências societais positivas produzidas pelos projetos e iniciativas que são desenvolvidos nas Comunidades.

2. Valores

A IEC rege-se por um conjunto de Valores e Princípios os quais, incluídos numa Carta de Valores e Princípios, são subscritos por todos os que aderem e participam na IEC.

São os seguintes:

Interesse Geral

A IEC fomenta, promove e apoia iniciativas e projetos orientados para a prossecução do interesse geral da comunidade.

Colaboração

A IEC fomenta a colaboração do Estado e do sector público, das empresas privadas, das entidades da economia social e da Cidadania na co-definição, co-criação e co-gestão do bem comum mediante a criação de plataformas de colaboração abertas e representativas e de modelos de governança colaborativos e democráticos.

Subsidiariedade

A IEC considera que as decisões relativas ao bem comum devem ser tomadas no nível mais próximo da Comunidade.

Transparência e Prestação pública de contas

A IEC considera que todas as decisões relativas ao bem comum devem ser transparentes e a informação que lhes diz respeito acessível ao público. Devem ser prestadas contas

públicas do uso dos recursos investidos nos projetos que visam a produção de bens e serviços para satisfação do bem comum.

Inovação societal

A IEC promove a inovação como processo constante de procura e configuração de respostas mais eficazes e sustentáveis para a definição e gestão do bem comum.

Experimentação social

A IEC considera que a experimentação social é a metodologia idónea para testar a inovação societal e avaliar as suas incidências sociais na Comunidade.

Participação cívica ativa e responsável

A IEC considera indispensável assegurar que a Cidadania participe ativa e responsabilmente na definição e gestão do bem comum, nos seus diversos níveis de responsabilidade.

Acesso ao capital

A IEC considera que é necessário desenvolver o enquadramento jurídico, os mecanismos e instrumentos financeiros e formas de garantia que permitam um acesso democrático ao capital.

Investimento de impacto e sua avaliação

A IEC subscreve a necessidade de criar e desenvolver mecanismos e instrumentos de financiamento orientados para a criação de impacto societal na Comunidade. Os impactos económicos, ambientais e sociais gerados pelas iniciativas e projetos apoiados na Comunidade onde são desenvolvidos devem ser objeto de medição e avaliação rigorosa e científica

Empresas sociais

A IEC considera que é necessário aprovar e desenvolver um enquadramento jurídico favorável à criação de empresas sociais, entendendo estas como empresas que prossigam inequivocamente uma missão estatutária de interesse geral e consagrem nos seus estatutos ou instrumento equivalente, a obrigação de re-investir os benefícios obtidos no desenvolvimento das suas atividades.

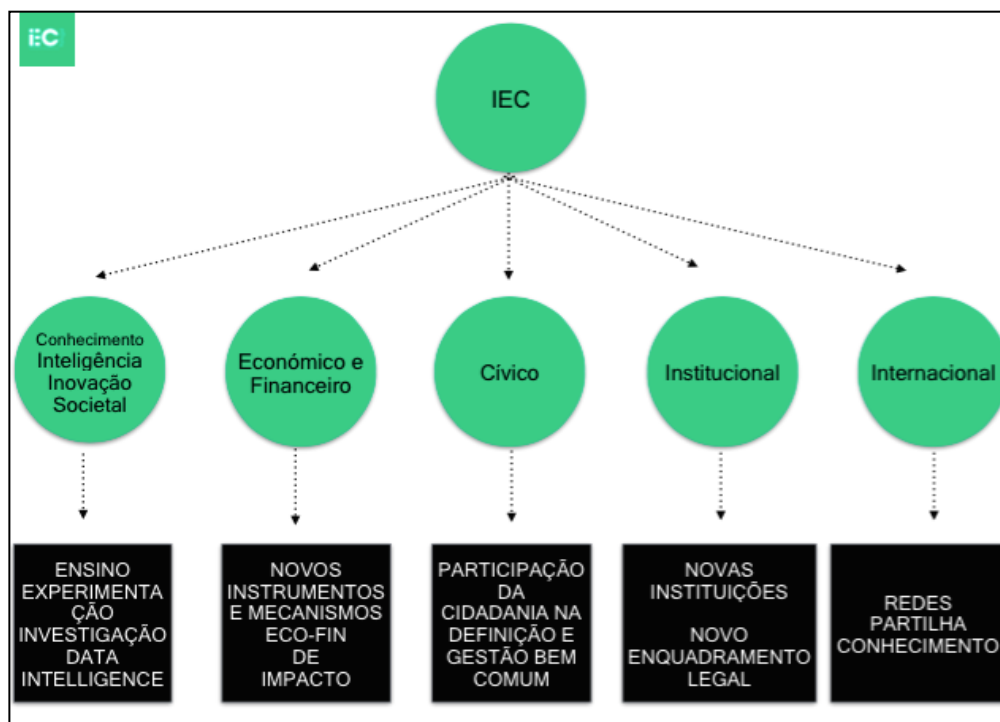
Sustentabilidade

A IEC considera que os projetos e iniciativas que são apoiados e desenvolvidos no quadro da Comunidade devem ser estruturados com base em modelos de negócio que assegurem a viabilidade e sustentabilidade económica a longo prazo da resposta que desenvolvem.

III. Os Eixos Estratégicos da IEC

A estratégia de desenvolvimento e implementação da IEC assenta nos seguintes eixos:

- Eixo do Conhecimento, Inteligência e Inovação
- Eixo Económico e financeiro
- Eixo Cívico
- Eixo Institucional
- Eixo internacional



Cada um destes eixos estratégicos será desenvolvido mediante um conjunto de iniciativas que não podem ser vistas isoladamente uma vez que todas são interdependentes e necessárias para assegurar o desenvolvimento da Iniciativa para a Economia Cívica.

1. Eixo do Conhecimento, Inteligência e Inovação Societal

Este eixo tem o objectivo de desenvolver os seguintes conceitos:

A. IECinteligência: Da informação à inteligência

- Recolher a informação sobre as comunidades de incidência, sob a forma de indicadores de várias áreas, nomeadamente os relativos à geografia, população, economia, sociedade, educação, saúde, justiça, etc.;
- Constituir-se como um campo de práticas inter e transdisciplinar para a análise e mapeamento do impacto societal por intermédio de grupos de diferentes comunidades, ligados em rede, e do desenvolvimento de práticas de co-criação e de gestão de sistemas complexos;
- Proceder a indexação e outras formas de correlação, de modo a identificar desvios padrões em relação a dados esperados ou de médias de comportamento de outras comunidades;
- Identificar as necessidades de bem comum e, através de discussão pormenorizada com todos os agentes económicos e com a Cidadania, estabelecer conhecimento sobre as causas e as possíveis soluções para as mesmas, que conformam as alterações ou mudanças comportamentais individuais ou sobre o ambiente;
- Identificar as incidências diretas que serão obtidas com as soluções alvitadas e projectar as mesmas para as externalidades respectivas de forma a perceber o impacto societal resultante;
- Desenvolver conhecimento/inteligência através da quantificação, numa óptica de gasto/benefício, dos impactos económicos que resultam da satisfação das necessidades/oportunidades identificadas na perspetiva do impacto societal de médio-longo prazo;
- Desenvolver competências para a contextualização da análise de elevada quantidade e qualidade de dados.

B. Data Agency - congregar vontades e saberes

Promover a constituição de uma Agência de Dados que congregue o saber da academia e de peritos locais e internacionais, as tecnologias disponíveis nos operadores de comunicação e o saber-fazer dos agentes económicos tanto públicos, privados ou sociais bem como as percepções objetivadas das necessidades das comunidades transmitidas pela Cidadania visando a procura de soluções inovadoras para os problemas e para a gestão do bem comum.

C. Ensino e investigação - Da experimentação social ao ensino estruturado

Desenvolver, através dos casos de estudo de “saber fazendo”, tanto de sucesso como de menos sucesso, resultantes da experimentação no âmbito dos programas de mudança, matéria de estudo estruturado que permita o ensino científico da economia cívica e do empreendedorismo social, de modelos de governança de sistemas complexos assim como de novos mecanismos e instrumentos de financiamento de impacto.

D. Centro de Inovação Cívica e Societal - Da infraestruturização própria

Desenvolver, como resultado das vertentes acima descritas, a constituição de um Centro que integre:

- A Agência de Dados, integrando todos os contribuíram para a sua existência tanto de infra-estruturas físicas como de estruturas lógicas de saber e de “saber fazendo”;
- A investigação sobre a Economia Cívica, abrangendo todas as áreas de saber em que assenta (modelos de governança, gestão do bem público, formas de co-criação de bens e serviços públicos, processos de inovação societal, mecanismos e instrumentos de financiamento, participação cívica, modelos de negócios de impacto societal, novas instituições jurídicas);
- O ensino da Economia Cívica;
- Laboratórios de experimentação da inovação societal e cívica

2. Eixo Económico-financeiro

A. Novos instrumentos de financiamento - Da capitalização tradicional ao financiamentos dos impactos provocados

- O desenvolvimento de novos modelos de economia requer novas formas de disponibilização de capital. Essas novas formas de disponibilização terão de ter em conta as necessidades de financiamento das estruturas organizacionais que venham a ser constituídas bem como os Programas de Inovação Societal e Mudança.
- O financiamento das estruturas tem de satisfazer as necessidades de fundo de maneio inicial bem como visar o financiamento da capacitação dos atores da governação do modelo e dos executantes das fases dos Programas de Inovação Societal e Mudança.
- O financiamento dos agentes económicos envolvidos na execução dos Programas de Inovação Societal e Mudança tem como destino as PME e as micro-empresas que irão produzir bens e serviços que por sua vez, poderão/deverão providenciar pelo reembolso do todo ou em parte dos financiamentos concedidos.
- Estes financiamentos podem/devem provir de fundos públicos disponibilizados para o efeito através das modalidades já contempladas pela UE e pelo Governo Português.
- Os Programas de Inovação Societal e Mudança necessitam, por sua vez, de financiamento para as componentes que o modelo económico vigente não está preparado para pagar ou reembolsar.
- Tal como abaixo se descreve na abordagem metodológica, os Programas de Inovação Societal e Mudança contemplam a existência de resultados económicos e sociais, para além das receitas financeiras providas dos bens e serviços prestados, derivados dos impactos diretos e das externalidades sociais futuras.
- Para estes resultados económicos e sociais, outras formas de financiamento estão a ser desenvolvidas que permitam, de forma eficiente, capacitar os programas de mudança durante a sua execução e que serão regularizados aquando da avaliação dos impactos dos mesmos.

B. Capital Cooperativo - a pertença societal na capitalização dos Programas de Inovação Societal e Mudança

- A Cidadania é um elemento fundamental do modelo de desenvolvimento da Economia Cívica. Esta importância não se esgota na colaboração ativa na identificação das necessidades e oportunidades nem no alvitar de soluções mas é também significativamente importante no modelo de financiamento.

- A obtenção de capital próprio na IEC associação, de uma importância relevantíssima, está vocacionada, essencialmente, para co-financiar as parcelas de financiamento público. Nesse sentido serão encetados modelos de solicitação de fundos aos cidadãos e às entidades e empresas em paralelo ao pedido de contribuição em espécie que será assegurado através do voluntariado.

3. Eixo Cívico

A. A IECmob: Rede de núcleos de Cidadãos para a Economia Cívica

- A Cidadania vai ser confrontada com a necessidade de alterar os comportamentos atuais, caracterizados essencialmente pela apatia generalizada a que o sistema político, financeiro e económico os remete.
- De forma a atingir esse desiderato serão necessárias ações intensivas de mobilização de forma a passar a mensagem da importância e significado do papel da IEC nas novas formas de organização como meio de prover à satisfação do bem comum.
- É para este fim que serão desenvolvidas as ações MOB em todas as Comunidades e de onde sairão os núcleos de cidadãos que se irão reunir subsequentemente numa rede de núcleos onde os ensinamentos e respostas serão partilhadas.
- A IEC assegurará o apoio a estas Redes não apenas do ponto de vista logístico mas também provendo capacitação e formação.

B. O Congresso IEC - a partilha geral de experiências

O Congresso, a reunir anualmente, será o ponto máximo de partilha dos cidadãos na participação do modelo de desenvolvimento da IEC através da celebração pública dos sucessos atingidos e das experiências daí retiradas como alavanca para outras metas.

4. Eixo Internacional

A. O Conselho Consultivo

O Eixo Internacional tem por objeto obter a montante as experiências e ensinamentos que outros possam já deter, nomeadamente as entidades com as quais se celebraram protocolos.

Para esse efeito é constituído um Conselho Consultivo, tal qual um “conselho de sábios”, que tem por finalidade reunir personalidades de reconhecido mérito e prestígio em matérias relevantes para o desenvolvimento da IEC.

B. A IECglobal

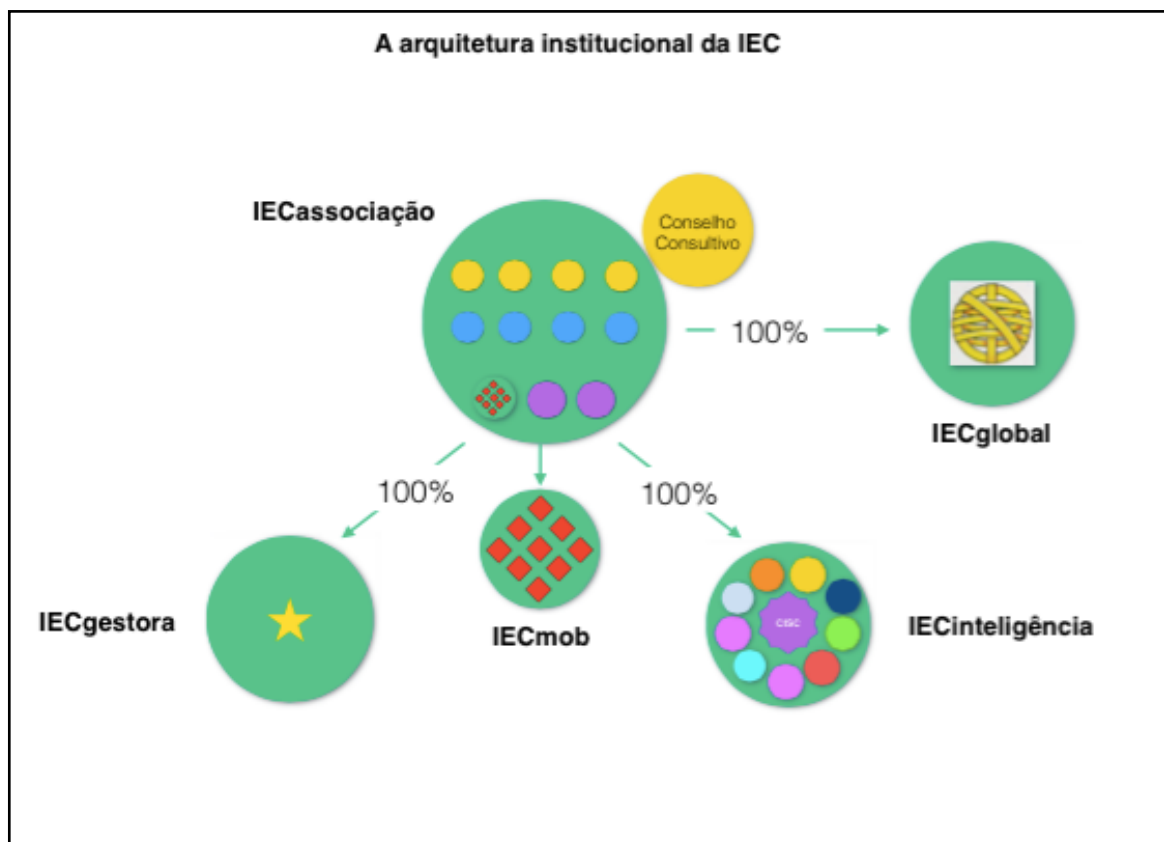
Para a boa prossecução das finalidades propostas pela IEC, é também necessário contribuir a jusante com a projeção do acumulado das experiências recebidas com aquelas que irão ser obtidas no desenvolvimento do modelo em Portugal em particular as resultantes da implementação dos Programas de Inovação Societal e Mudança que serão lançados nas Comunidades para a Economia Cívica locais.

Para esse efeito será constituída a IECglobal juntando à IEC Portugal os intervenientes locais que desejem partilhar a Carta de Valores e Princípios da IEC e desenvolver a IEC nas comunidades de outras geografias.

IV. A Arquitetura institucional e fluxos da IEC

1. A Arquitetura institucional

O modelo IEC pode ser exposto de acordo com várias perspetivas de análise. Nesse sentido, num primeiro momento, a arquitetura institucional da IEC pode ser representada por de um diagrama que identifica o conjunto de Instituições que irão ser criadas para operacionalizar os diferentes eixos estratégicos da IEC:



De forma sumária, cada uma destas Instituições pode ser caracterizada da seguinte forma:

A. A IECassociação

A Associação para a Economia Cívica Portugal (IECassociação) é a entidade que promove e desenvolve a Iniciativa para a Economia Cívica em todos os seus eixos. São seus fundadores as entidades que, localmente, são responsáveis pela criação e desenvolvimento de uma Comunidade para a Economia Cívica e pela implementação dos Programas de Inovação Societal e Mudança.

A Associação está aberta a entidades do setor público, privado, da economia social e à Cidadania. É governada por um Conselho de Administração, formado pelas entidades fundadoras e personalidades de reconhecido mérito e prestígio nos seus âmbitos de intervenção. O Conselho delega numa Comissão Executiva as atribuições necessárias ao bom funcionamento da Associação e ao cabal cumprimento da sua missão.

A Associação deverá criar as estruturas que se afigurem necessárias para desenvolver o Eixo do Conhecimento, Inteligência e Inovação (IECinteligência) assim como o Eixo financeiro e operacional (IECgestora).

Para o envolvimento da Cidadania nos Programas de Inovação Societal e Mudança, a Associação criará a IECmob, uma Rede de Núcleos de Cidadãos organizados localmente.

A IECassociação é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos e as suas finalidades são, esquemática e resumidamente, as seguintes:

- Criação das Comunidades para a Economia Cívica e da Rede de Comunidades;
- Implementação de Programas de Inovação Societal e mudança locais e transversais;
- Criação dos instrumentos, mecanismos, plataformas e organismos financeiros destinados a angariar capital com a finalidade de investir ou financiar a inovação societal e o empreendedorismo social;
- Criação de uma Rede de Cidadãos para a Economia Cívica formada por núcleos que funcionam junto das Comunidades para a Economia Cívica;
- Promoção do ensino e da investigação no âmbito da economia cívica, da inovação societal e do empreendedorismo social;
- Criação de uma Rede de Conhecimento e Inteligência destinada a avaliar o impacto societal dos projetos e iniciativas que apoia;
- Realização de estudos, relatórios, seminários, conferências, cursos e ações de formação ou capacitação e outros eventos públicos ou privados similares, em território nacional ou no estrangeiro destinados a promover a reflexão, o estudo, a análise e o debate sobre as questões relacionadas com a Economia Cívica, a inovação societal e o empreendedorismo social;
- Organização de concursos de ideias e projetos e atribuição de prémios ou bolsas para projetos e iniciativas que contribuam para o estudo e promoção da economia cívica, dos seus valores e princípios, assim como da inovação social e do empreendedorismo social;
- Participação em Redes ou entidades congéneres nacionais e estrangeiras;
- Estabelecimento e desenvolvimento de parcerias com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que sejam relevantes para a prossecução da sua missão;

B. A IECgestora

A IECgestora é a empresa que tem como missão gerir os Programas de Inovação Societal e Mudança nas diferentes Comunidades para a Economia Cívica e angariar o capital e desenvolver os instrumentos e mecanismos necessários para o financiamento de projetos e iniciativas que respondam de forma eficaz e potencialmente sustentável a problemas, necessidades e desafios societais complexos nas Comunidades para a Economia Cívica.

Compete-lhe, entre outros, desenvolver as seguintes iniciativas:

- Gerir os Programas de Inovação Societal e Mudança nas Comunidades e na Rede de Comunidades;
- Prestar a infraestrutura de conhecimento e o apoio logístico ao parceiro local para o bom desenvolvimento do Programa;
- Gerir o processo de identificação das bases e quantificação dos indicadores para a configuração dos Acordos de Impacto coletivo nas diferentes Comunidades;
- Estabelecer as regras para a seleção de projetos e iniciativas a apoiar assim como as regras de financiamento, monitorização e avaliação do seu impacto individual e coletivo.
- Criar e desenvolver os instrumentos, mecanismos, estruturas de financiamento dos projetos e iniciativas;

C. A IECinteligência

A IECinteligência é a empresa que tem como missão criar uma Rede de Conhecimento, promover o ensino e a investigação nas áreas chave para o desenvolvimento da IEC.

Para o cabal cumprimento da sua missão, deverá associar nela as entidades e empresas que possuam o conhecimento e experiência no domínio da análise e tratamento de dados e tecnologias associadas, da interpretação e modelação de sistemas complexos e sua governança. Entre os diferentes interessados, neste domínio, as universidades e as empresas de base tecnológica e das comunicações terão um papel relevante.

D. A IECglobal

A IECglobal é a empresa que tem como missão criar a (Network) Rede de contatos de parcerias internacionais para obtenção de “saber-fazer” proveniente de experiências de outras comunidades e geografias e promover a divulgação a jusante do acumulado dessas experiências recebidas com aquelas que iremos obter no desenvolvimento do modelo em Portugal em particular dos programas de mudança que serão lançados nas comunidades locais.

E. A IECmob

O IECmob é uma Rede de Cidadãos que partilham a Carta de Valores e Princípios da IEC e manifestam a vontade e a disponibilidade para se organizarem em Núcleos de base local, existam ou não Comunidades para a Economia Cívica constituídas nas respetivas localidades, com a seguinte finalidade:

- Promover e divulgar os Valores e princípios e regras da Iniciativa para a Economia Cívica;

- Sensibilizar e mobilizar a Cidadania para a sua participação ativa, organizada e responsável na configuração de respostas inovadoras e eficazes para os problemas, necessidades e desafios sociais complexos com que se confrontam nas suas comunidades;
- Dar apoio, formação e capacitação à Cidadania para que adquiram o conhecimento e as competências necessárias para assegurar essa participação.

Para este efeito, a IECassociação desenvolverá um conjunto de iniciativas, em especial nas localidades onde já existam Comunidades para a Economia Cívica com o objetivo de criar e promover a constituição e o desenvolvimento de núcleos locais de Cidadãos que possam participar ativamente na dinâmica das Comunidades para a Economia Cívica locais e nos seus respetivos Programas de Inovação Social e Mudança.

Em especial, pretende-se que a Cidadania participe ativamente na identificação e priorização dos problemas, necessidades e desafios locais para os quais se procuram respostas inovadoras, potencialmente sustentáveis e geradoras de impactos sociais positivos, no estabelecimento do Acordo sobre os impactos sociais que se pretendem gerar na Comunidade e, finalmente, na configuração e desenvolvimento das eventuais respostas a dar.

O IECmob adota a estrutura de uma Rede, sem autonomia legal e financeira, dependendo, para o desenvolvimento das suas iniciativas, do apoio logístico, humano e económico da IECassociação, embora funcione com autonomia e independência no que diz respeito ao desenvolvimento das suas iniciativas.

F. As Comunidades para a Economia Cívica

As Comunidades para a Economia Cívica constituem a plataforma institucional colaborativa que associa entidades públicas, privadas, da Economia social e a Cidadania com o objetivo de desenvolver Programas de Inovação Social e Mudança que ativem a configuração de respostas inovadoras, eficaz e potencialmente sustentáveis para os problemas, necessidades e desafios sociais complexos locais.

As Comunidades para a Economia Cívica, cujo âmbito geográfico deve estar, em princípio, circunscrito ao Município, são plataformas informais, sem personalidade jurídica, que se regem por um Protocolo proposto pela IECassociação e que deverá merecer o acordo de todas as entidades participantes. Neste Protocolo estabelecem-se as regras organizacionais e de funcionamento interno da Comunidade assim como os seu meios de financiamento.

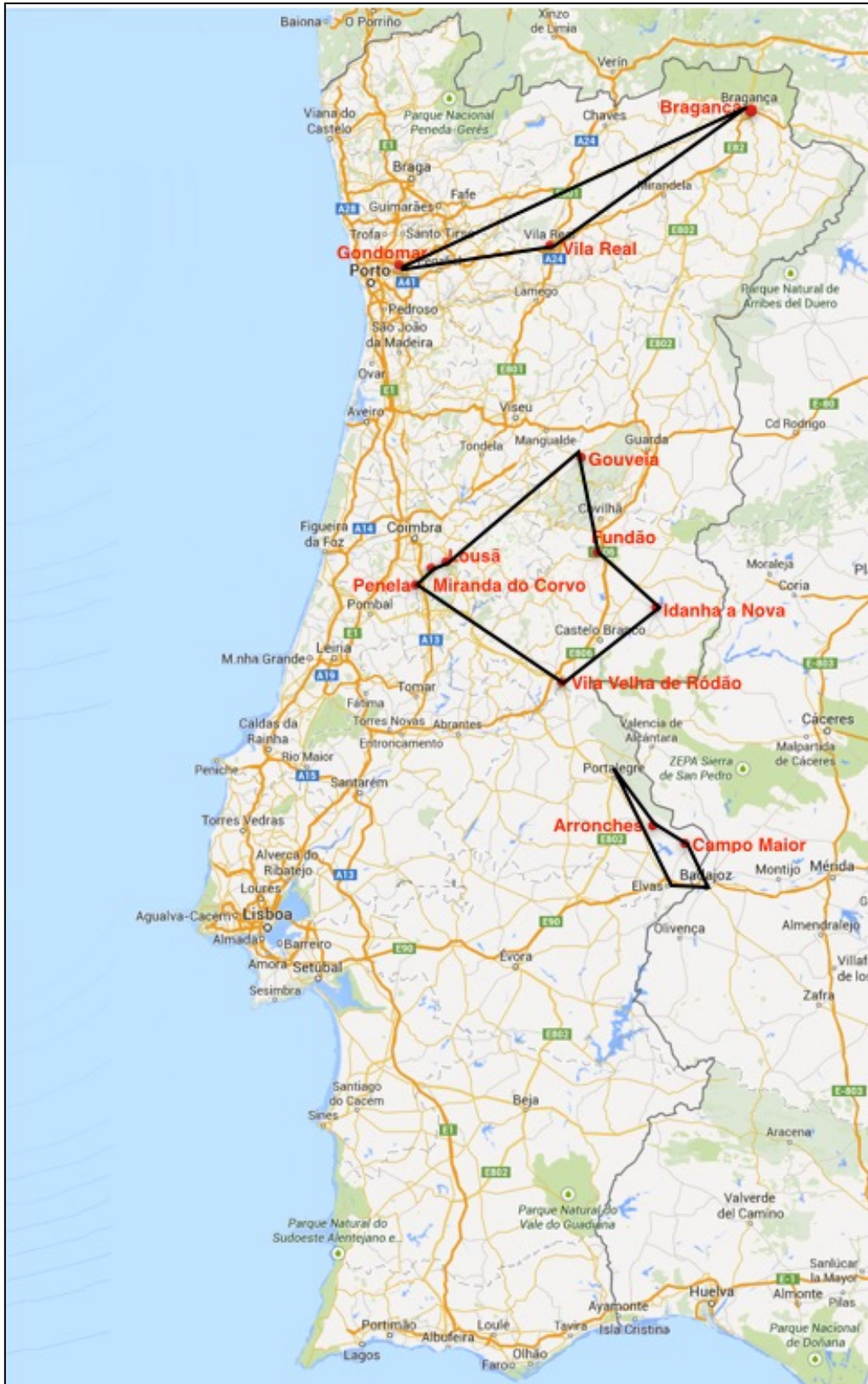
Sendo plataformas informais, as Comunidades são abertas e a sua composição pode ir evoluindo ao longo do tempo. Importa frisar, porém, que as entidades, sejam elas públicas, privadas da Economia social ou representantes dos Núcleos de Cidadania da IEC, ao assinarem o Protocolo que rege o funcionamento das Comunidades, comprometem-se a colaborar ativamente para o cumprimento do Acordo de Impacto Social celebrado entre todos.

São lideradas por um parceiro da IECassociação (sócio fundador ou estratégico) a nível local que possua a capacidade, as competências, os meios e as infraestruturas necessárias para assegurar uma participação representativa dos agentes públicos, privados e da Economia social na Comunidade para a Economia Cívica e no desenvolvimento do respetivo Programa de Inovação Societal e Mudança.

A IECassociação, através da IECgestora, assegura a logística e o bom funcionamento das reuniões, gere a implementação dos Programas de Inovação Societal de cada Comunidade e é responsável pela gestão dos projetos e iniciativas que vierem a ser apoiados, pelo seu financiamento e pela avaliação dos impactos.



G. A Rede e os Agrupamentos de Comunidades para a Economia Cívica



Neste momento, formam parte da Rede IEC, as seguintes 11 Comunidades:

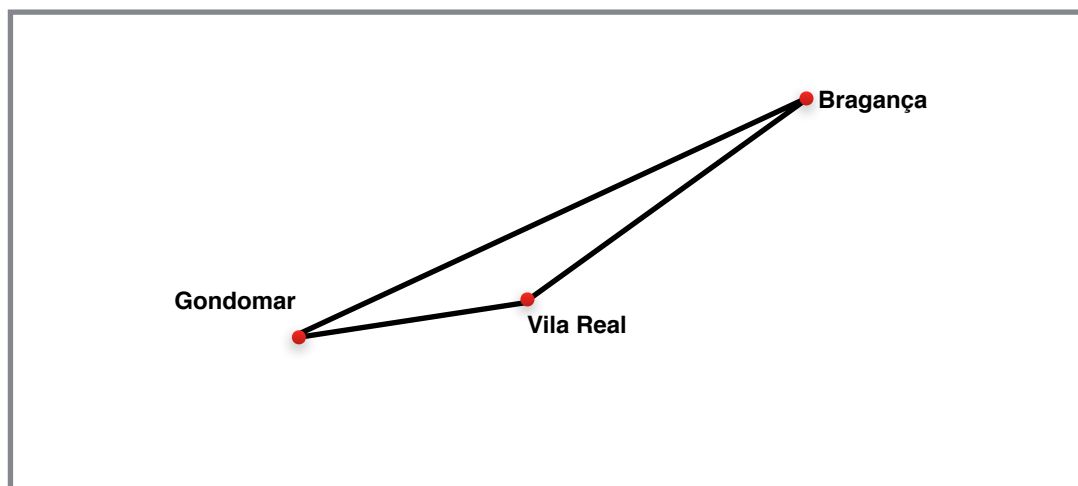
Bragança, Vila Real, Gondomar, Gouveia, Fundão, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Penela, Miranda do Corvo, Lousã e Campo Maior.

A criação da Rede de Comunidades para a Economia Cívica e dos Agrupamentos de Comunidades visa responder a três preocupações/necessidades:

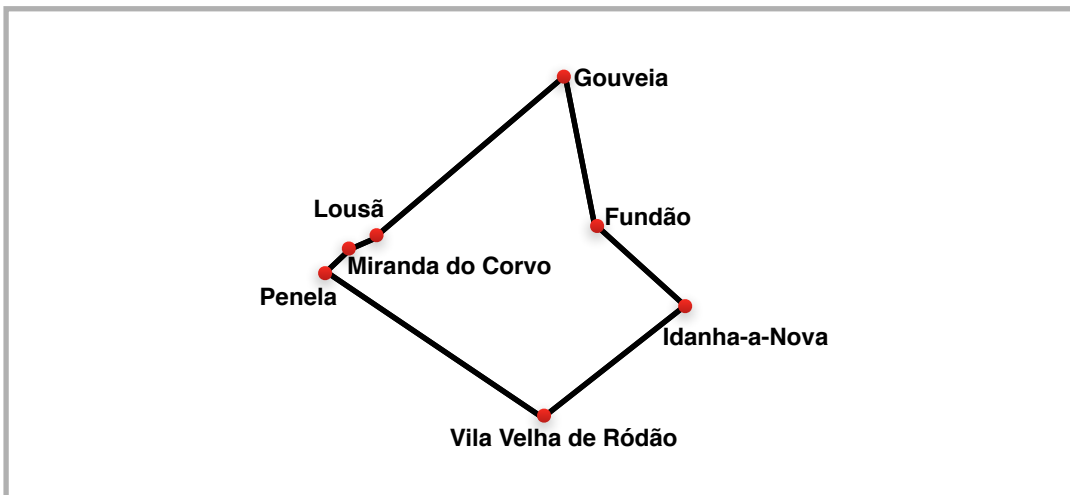
1. Assegurar uma otimização dos recursos humanos, técnicos e económico-financeiros da IEC e dos instrumentos de intervenção previstos;
2. A partilha de conhecimento, informação, experiência entre Comunidades, os seus agentes e projetos e iniciativas apoiados;
3. A criação de uma matriz de intervenção geográfica e temática;

Em consequência, a Rede das Comunidades para a Economia Cívica agrupará as diferentes Comunidades que participam na IEC tendo em consideração, em primeiro lugar, a sua proximidade geográfica, formando três grandes “Agrupamentos”:

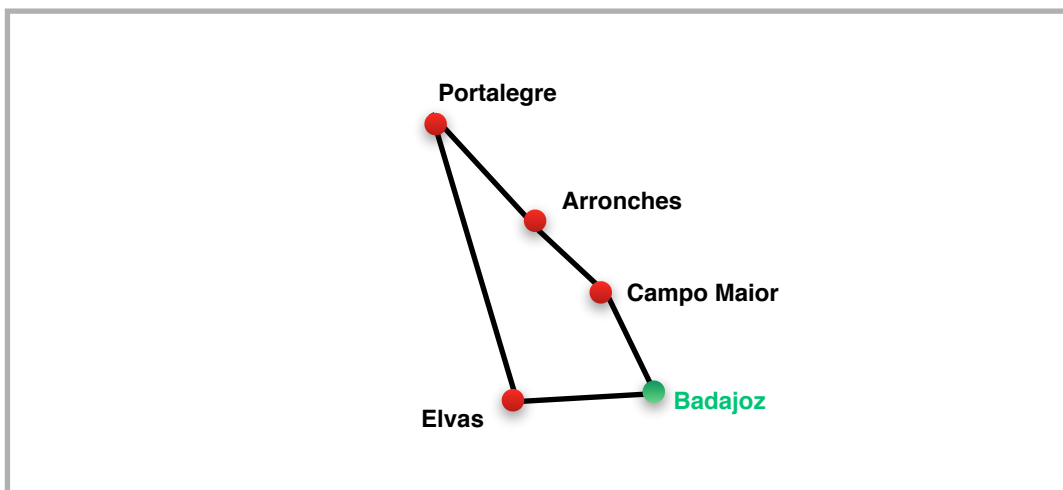
Agrupamento Norte



Agrupamento Centro

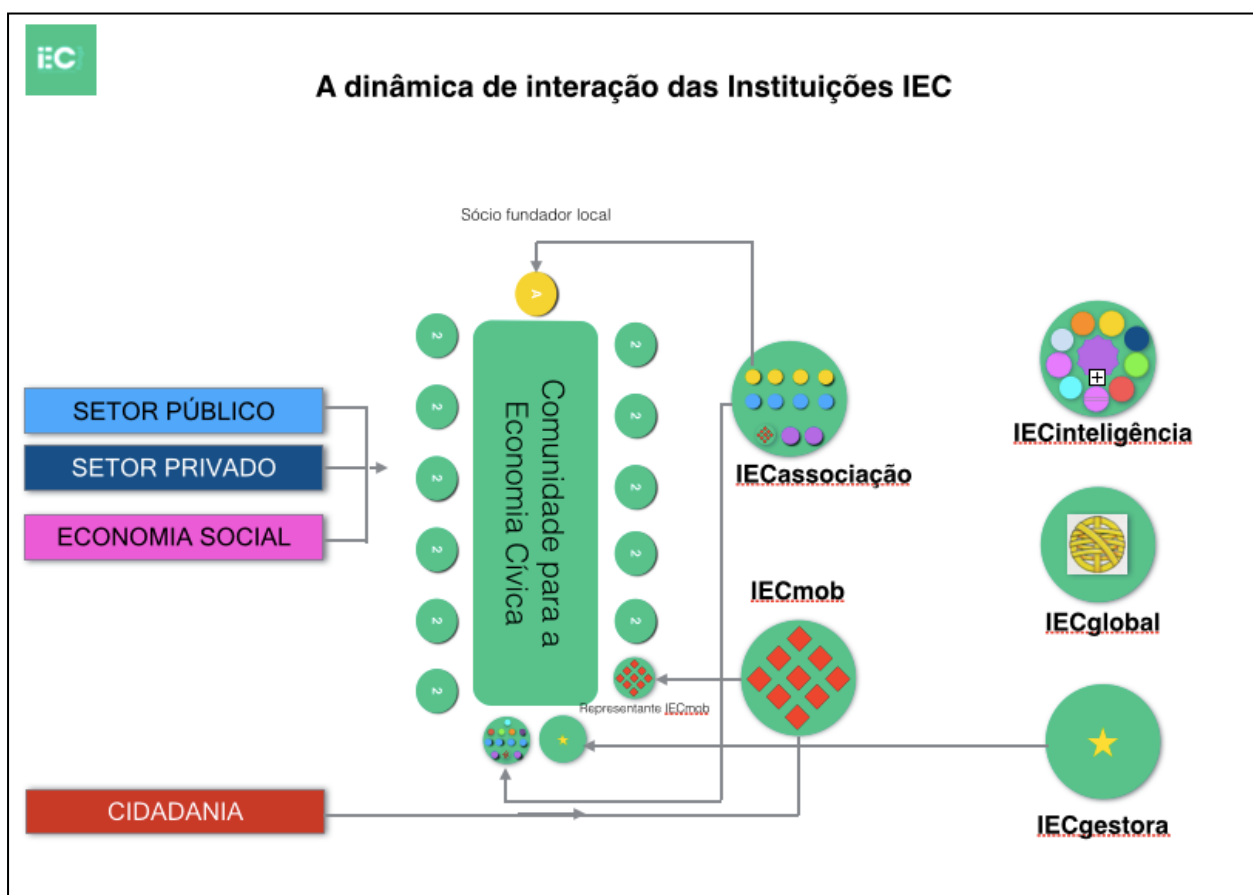


Agrupamento Sul



Dentro de cada um dos Agrupamentos, cada Comunidade possui a sua própria organização e desenvolverá o seu próprio Programa de Inovação Societal e Mudança. Não obstante, como é explicado no Capítulo V, o facto de poderem vir a ser identificados problemas, necessidades e desafios transversais a todas as Comunidades, insta a que sejam desenvolvidos Programas Transversais de Inovação Societal e Mudança não apenas a nível dos diferentes Agrupamentos mas também a nível de toda a Rede de Comunidades.

8. A dinâmica de interação entre as várias Instituições no desenvolvimento da IEC



Como já foi referido anteriormente, a IECgestora tem como missão assegurar a gestão e o desenvolvimento dos vários Programas de Inovação Societal e Mudança que serão implementados nas Comunidades. Nesse sentido, é a entidade responsável pela fixação da agenda de trabalhos nas várias Comunidades, a sua condução e a consecução dos resultados esperados. A IECassociação tem como missão assegurar o cumprimento das orientações estratégicas da IEC. A IECassociação está representada na Comunidade através do seu Presidente, quando necessário e através do sócio fundador local (a entidade que promoveu a criação da Comunidade) que co-preside a Comunidade juntamente com a IECgestora.

Quanto à IECInteligência, como será explicado mais adiante, o seu papel é o de proporcionar o conhecimento (dados, indicadores) necessário à análise e tomada de decisões da Comunidade.

A IECmob tem como missão mobilizar e capacitar a Cidadania para que participe ativamente nos trabalhos da Comunidade.

A interação das várias Instituições que conformam o quadro institucional da IEC para o desenvolvimento dos vários Programas de Inovação Societal e Mudança das Comunidades para a Economia Cívica pode ser representada da seguinte forma:

V. O Programa de Inovação Societal e Mudança

1. Estrutura, fases e calendário

O Programa de Inovação Societal e Mudança, como o seu nome indica, é o instrumento de inovação e mudança proposto pela IEC para configurar respostas inovadoras, potencialmente sustentáveis e que produzam impactos positivos para os problemas, necessidades e desafios sociais identificados pelos agentes que integram as Comunidades para a Economia Cívica locais.

Estes Programas definem uma metodologia que deve ser seguida nas Comunidades pelos seus participantes para identificar projetos e iniciativas que proponham soluções mais inovadoras e sustentáveis e que, no seu conjunto, gerem incidências sociais positivas na Comunidade onde são desenvolvidos.

Esquemáticamente, os Programas podem ser representados pelo seguinte diagrama, onde se identificam as várias fases do processo de inovação e mudança:



**PROGRAMA DE INOVAÇÃO SOCIETAL E MUDANÇA
DA INICIATIVA PARA A ECONOMIA CÍVICA**



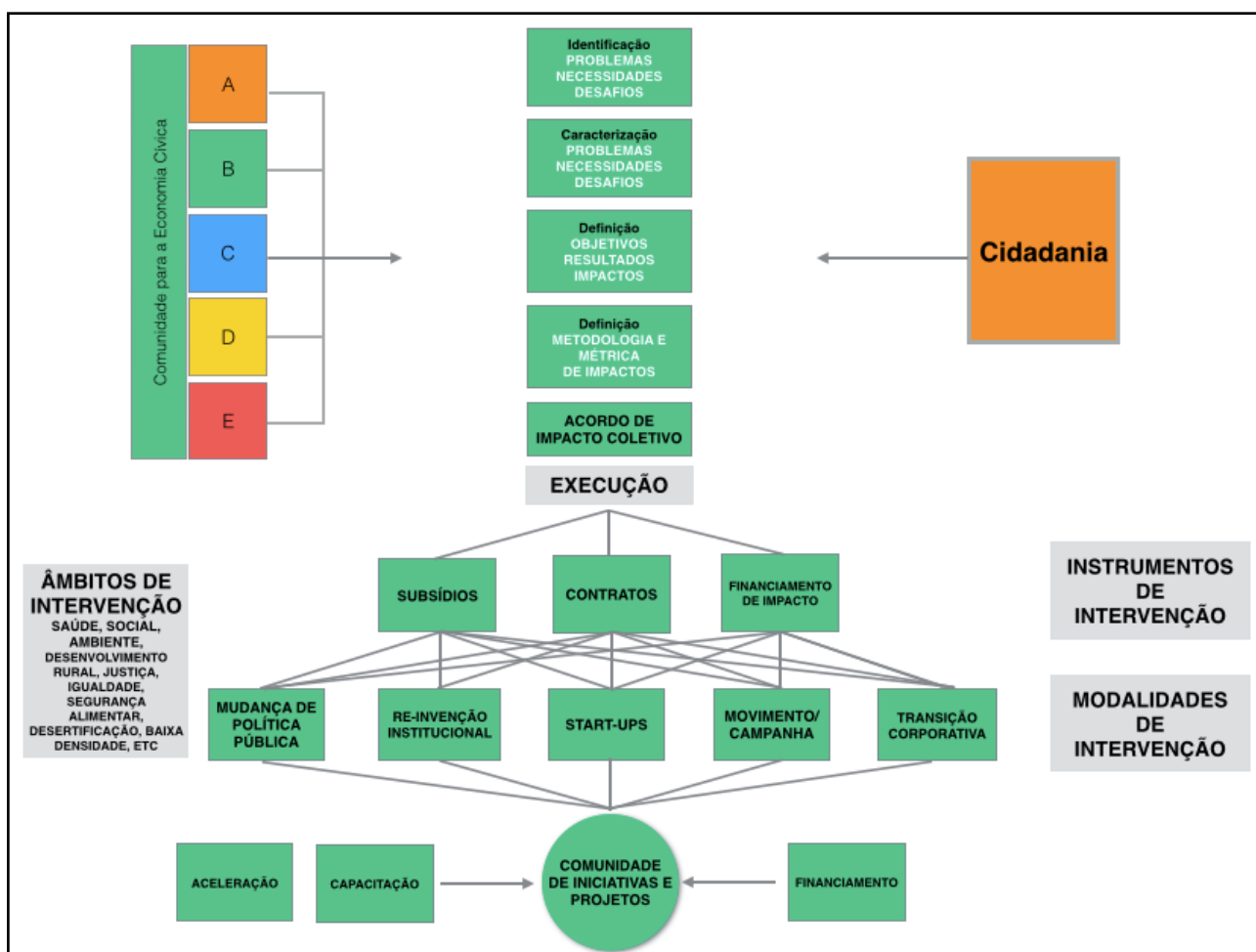
Os Programas são configurados e desenvolvidos pelas Comunidades para a Economia Cívica tendo em atenção um conjunto de características e indicadores relativos às suas respetivas realidades geográficas, sociais, económicas, institucionais e culturais.

Tendo como pano de fundo a caracterização da realidade socio-económica, num segundo momento, os agentes que integram a Comunidade identificam e caracterizam, fundamentadamente, os problemas, necessidades e desafios sociais complexos com que a Comunidade se confronta. Só uma análise exaustiva e fundamentada permite identificar clara e cabalmente a origem e causas dos problemas, necessidades e desafios, as características e amplitude da sua complexidade, o custo exato das respostas que lhes são dadas no presente e no futuro, caso continuem a ser providenciadas as mesmas respostas assim como a eventual oportunidade para a inovação e introdução de maiores eficiências.

O Programa vai acompanhado, ao longo da sua implementação, por um Programa de Formação, Capacitação e Aceleração destinado a dotar os agentes locais do conhecimento e das competências necessários para que seja possível, por um lado, o desenvolvimento de projetos e iniciativas que vão ao encontro dos objetivos dos Programas de Inovação Societal e Mudança no quadro dos quais são desenvolvidos e, por outro lado, a gestão eficaz e efetiva desses mesmos Programas.

2. Metodologia de implementação do Programa

Esquemáticamente, a metodologia que será seguida para alcançar os impactos sociais que foram acordados pela Comunidade no quadro dos seus respetivos Programas de Inovação Societal e Mudança é a seguinte:



A. Constituição da Comunidade para a Economia Cívica local

As Comunidades para a Economia Cívica estão configuradas de forma a assegurarem que as respostas que vierem a ser configuradas e apoiadas no quadro do Programa de Inovação Societal e Mudança, por um lado, possam incorporar o conhecimento e a experiência do setor público, privado, da Economia Social e da Cidadania e, por outro, que essas mesmas respostas, ao resultarem da interação dos vários agentes e dos seus ativos, produzam o impacto societal coletivo desejado. Neste sentido, é desejável que

participem ativamente nas Comunidades todas aqueles entidades e agentes que ocupem uma posição de relevo na realidade económica, social e cultural local.

A organização e funcionamento das Comunidades está regulada num Protocolo que é assinado por todas as entidades que participam na Comunidade.

B. Os Agrupamentos de Comunidades e a Rede de Comunidades para a Economia Cívica

Como ficou já exposto no Capítulo IV, ponto G (pag 18), as Comunidades para a Economia Cívica que participam na IEC organizar-se-ão em três Agrupamentos - Norte, Centro e Sul - não apenas por uma questão de otimização da gestão dos vários Programas de Inovação Sociedade Mudança mas também em virtude da similitude de características sócio-económicas entre Comunidades geograficamente muito próximas e dos problemas e necessidades e desafios sociais complexos com que se confrontam.

A organização das Comunidades em Agrupamentos pode dar origem à criação de Programas de Inovação Societal e Mudança temáticos e transversais, inclusivamente a nível do conjunto dos Agrupamentos.

Nesse sentido, a criação da Rede de Comunidades para a Economia Cívica facilita não apenas a partilha de informação e conhecimento entre os vários Agrupamentos e as várias Comunidades como constitui o enquadramento idóneo para realizar as análises comparativas pertinentes entre os resultados alcançados pelos diferentes Programas que serão implementados.

Em concreto a Rede de Comunidades prestará ao conjunto de Comunidades os seguintes serviços:

- Programas de Capacitação e Aceleração;
- Eventos de interesse comum de vária índole;
- Acesso às melhores práticas no âmbito da inovação societal;
- Desenvolvimento de projetos e iniciativas de âmbito transversal;
- Interação com Redes de Inovação Social europeias e internacionais;

O elo de ligação entre as Comunidades será estabelecido através da IECinteligência e da IECgestora, esta última responsável direta pela gestão dos vários Programas de Inovação Societal e Mudança.

C. Intervenção da IECinteligência e criação dos Focus Group

A criação da Rede de Conhecimento e Inteligência, missão da IECinteligência, tem como objetivo proporcionar ao sistema, a informação e o conhecimento científicos necessários:

- à caracterização sócio-económica de cada Comunidade para a Economia Cívica;
- à identificação e caracterização dos problemas, necessidades e desafios sociais complexos com que as Comunidades se confrontam;
- ao cálculo dos custos sociais atuais e futuros dos problemas, necessidades e desafios sociais complexos identificados e caracterizados;
- à celebração do Acordo de Impacto Social fornecendo os indicadores de impacto assim como a metodologia de monitorização e avaliação dos impactos sociais;
- à tomada de decisão sobre as respostas (iniciativas e projetos) que serão desenvolvidos e apoiados;
- à monitorização dos projetos e iniciativas apoiados e verificação dos impactos sociais conseguidos assim como dos desvios;

Para este efeito, cada Agrupamento de Comunidades criará um Focus Group, constituído por peritos nos vários âmbitos de ação da IEC - social, saúde, educação cultura, ambiente, igualdade, justiça, desenvolvimento rural - sejam profissionais do setor privado, agentes da Administração Pública, investigadores, académicos ou empreendedores sociais.

O objetivo destes grupos é de proceder, num primeiro momento, à caracterização da realidade social local mediante a recolha e análise de dados disponíveis que contribuam para a esta caracterização (Estudos, Estatísticas, Relatórios, Teses, Indicadores, etc). Num segundo momento, o Focus Group terá como missão a identificação dos indicadores que permitirão à Comunidade por um lado, elaborar a estratégia de inovação social no quadro do seu Programa de Inovação Social e Mudança e, por outro, estabelecer e aprovar os objetivos e resultados a serem alcançados pelos projetos que serão apoiados assim como o impacto social individual e coletivo dos mesmos.

O trabalho elaborado pelos vários Focus Group será de conhecimento público permitindo assim aos núcleos de Cidadãos que se irão organizar, com o apoio da IECmob e da IECassociação, para participarem no debate sobre os problemas, necessidades e desafios sociais complexos com que Comunidade local se confronta e prepararem a sua eventual participação na configuração de eventuais respostas inovadoras mediante o desenvolvimento de projetos e iniciativas.

Os resultados do trabalho dos Focus Group e da Rede de Conhecimento e Inteligência serão divulgados publicamente e estarão disponíveis para consulta pública.

D. Debate Público

A Comunidade promoverá a participação da Cidadania neste processo de análise da problemática local e dos desafios a enfrentar assim como na definição da estratégia a seguir sobre as prioridades de intervenção. Para este efeito serão organizados eventos

públicas alargados e participativos, sob a forma de sessões de esclarecimento, sessões de trabalho, debates, conferências ou outros. Neste âmbito tem particular relevância a ação da IECmob. Compete-lhe mobilizar a Cidadania, facilitar o seu acesso à informação, promover sessões de esclarecimento e de debate com vista à sua participação ativa no processo conduzido pela Comunidade.

E. Fixação dos âmbitos de intervenção e resultados a atingir (Acordo de Impacto coletivo)

Com base nos resultados do Debate Público alargado, a Comunidade identificará os âmbitos, necessidades, problemas ou desafios que serão abordados no quadro do Programa de Inovação Societal e Mudança e determinará quais devem ser os resultados a atingir em cada um dos âmbitos assim como o impacto coletivo esperado. A decisão deverá ter em conta a opinião expressa pela Cidadania. O Acordo de Impacto Societal é público.

F. Instrumentos de intervenção do Programa

O Programa prevê três instrumentos básicos de apoio à configuração das eventuais respostas aos resultados a atingir em cada um dos âmbitos de intervenção:

- Prémios e subsídios a fundo perdido
- Financiamento do impacto societal
- Contratos

Estes três instrumentos podem ser combinados numa mesma iniciativa de forma simultânea no tempo ou consecutivamente ao longo de um determinado período.

G. Categorias de projetos e iniciativas a apoiar

Os projetos e iniciativas a apoiar no quadro do Programa podem ser categorizados da seguinte forma:

- Adaptação de políticas públicas;
- Re-invenção institucional;
- Start-ups e projetos de empreendedorismo social;
- Campanhas/Movimentos cívicos
- Transformação corporativa;

H. Elaboração e aprovação das bases para os Concursos

Será criado um Grupo de Trabalho, dentro da Comunidade e aberto à participação da Cidadania, que terá como objetivo preparar as bases e a regulamentação dos Concursos que serão abertos para a apresentação de projetos e iniciativas que apresentem respostas capazes de alcançar os impactos fixados pela Comunidade para cada um dos âmbitos identificados como prioritários. O Concurso é de âmbito local, nacional e internacional e será divulgado amplamente pelas Redes europeias e internacionais das quais a Rede de Comunidades para a Economia Cívica irá formar parte.

I. Apresentação pública das iniciativas e projetos

Será organizada uma apresentação pública dos projetos e das iniciativas e um júri formado por pessoas de reconhecido mérito e prestígio de âmbito local, nacional e internacional selecionará as iniciativas de maior mérito à luz dos critérios estabelecidos. A decisão do júri será ratificada pelas Instituições que formam parte da Comunidade para a Economia Cívica local. O processo de aprovação definitiva dos projetos e iniciativas que irão ser apoiados ainda está em fase de discussão interna.

J. Programas de Capacitação e Aceleração

IEC proporcionará a formação e capacitação das instituições e agentes que participam neste Programa, por um lado em função dos objetivos da própria Iniciativa e, por outro lado, em função das necessidades que forem detectadas entre os participantes e os projetos e iniciativas que forem desenvolvidos.

Para este efeito, o Programa de Capacitação possui, à partida, uma série de módulos pré-estabelecidos de capacitação, que poderão ser obrigatórios e módulos individualizados que serão concretizados e adaptados às necessidades específicas apresentadas pelos diferentes participantes e projetos.

A Comunidade para a Economia Cívica local disponibilizará um espaço que se denominará Centro para a Economia Cívica onde se desenvolverão, posteriormente, não apenas as sessões de capacitação previstas nos diferentes Programas de Capacitação mas também as iniciativas destinadas a envolver a participação da Cidadania na discussão dos problemas, necessidades e desafios locais e discussão pública de ideias para a configuração das respostas que irão ser apoiadas no quadro do presente Programa.

Para a elaboração e desenvolvimento dos diferentes eixos e módulos de capacitação, a Iniciativa para a Economia Cívica conta com a colaboração e participação de parceiros com amplo e comprovado conhecimento e experiência nos âmbitos e matérias

relacionados com a inovação social, o investimento social, a avaliação do impacto, entre outros.

Cabe assinalar que os Programas de Capacitação da IEC visam a formação e capacitação de formadores locais para que possam assumir, no futuro, a gestão do Programa de Inovação Societal e Mudança. Existe, por parte da IEC, o compromisso de assegurar a transferência do conhecimento e experiência que os parceiros nacionais e internacionais de capacitação possuem no âmbito da inovação societal, para o âmbito local. Neste sentido, a Comunidade local disponibilizará uma equipa de trabalho que colaborará na organização e desenvolvimento dos Programas de Capacitação.

Uma vez selecionados os projetos e iniciativas que serão desenvolvidos e apoiados pela IEC, serão desenvolvidos Programas de Aceleração daqueles que configuram startups. Estes Programas prevêem o apoio à criação da Start-up, acompanhamento e prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento do modelo de negócio.

K. Ligação às Redes Europeias e Internacionais de Hubs de Inovação

A Rede de Comunidades para a Economia Cívica, como ficou já exposto, estará ligada aos Hubs Europeus e Internacionais que formam parte das Redes às quais a Young Foundation está associada. O acesso a estas Redes de Conhecimento e Experiência permitirá tanto às próprias Comunidades como às iniciativas e projetos que serão desenvolvidos no âmbito das Comunidades, acederem às melhores práticas internacionais neste âmbito.

L. Monitorização dos projetos e iniciativas apoiados

Durante todo o processo de capacitação e de desenvolvimento das iniciativas e projetos selecionados, serão recolhidos dados que permitirão monitorizar a aplicação dos critérios de avaliação do impacto de cada uma das iniciativas e projetos assim como do conjunto das iniciativas. Nesta fase, a IECinteligência assim como os seus parceiros de Conhecimento (Universidades e Centros de Investigação) e o parceiro tecnológico da Iniciativa para a Economia Cívica, assumem um papel de relevância na recolha, tratamento e análise de dados com vista à determinação e avaliação do impacto societal individual e coletivo das iniciativas e projetos apoiados na Comunidade.

M. O Comité de Investimento – financiamento das iniciativas e projetos

O financiamento das iniciativas e dos projetos é decidido pelo Comité de Investimento da IEC que será criado no âmbito da IECgestora.

N. Financiamento dos projetos e iniciativas

Os projetos e iniciativas irão ser suportados por um misto de fontes de financiamento conforme (i) os intervenientes no projecto (ii) conforme os temas sociais em vista.

Para esse propósito, no âmbito da apresentação da decisão de financiamento ao comité do mesmo, irá ser preparada uma matriz de financiamento onde para cada programa / projeto / tema social / agente de mudança irá ser encontrado a fonte de resolução da questão em causa.

Para alguns casos, não haverá sequer necessidade de financiamento ou porque a questão apenas envolve outra forma de fazer ou porque os aspectos a implementar são satisfeitos por trabalho ou bens em espécie.

Contudo, para todos os outras situações, a fonte final de financiamento irá ser categorizada em: financeira, económica e social.

- Financeira - quando resulta da obtenção de receitas provindas de venda de bens e serviços, tendencialmente a preços de mercado
- Económica - quando os proventos estão associados a ganhos resultantes do crescimento direto dos fatores económicos: mais emprego, mais arrendamento, mais transações imobiliárias, mais desenvolvimento rural, etc. e onde há agentes, tanto públicos, através de impostos e taxas, como privados, através do crescimento do seu negócio, que irão estar disponíveis para partilhar esses ganhos.
- Social - quando os proventos estão associados aos impactos nas externalidades futuras da economia: menos desertificação, menos obesidade infantil, menos depressão pós-emprego, menos abandono escolar, menos reincidência criminal. Para estes ganhos a obtenção de proventos só pode resultar da contratualização com o setor publico nomeadamente através da agencias da Administração Central.

Como algumas destas fontes de financiamento só são obténiveis no final dos programas / projectos, através da avaliação das metas propostas, há que encontrar formas intercalar de obtenção de fundos.

Para esse fim, para além dos instrumentos previstos no quadro de apoio, referidos acima, irá ser, pela IEC, estruturas e instrumentos de obtenção de fundos, tanto a título doação como de empréstimo (i.e. fundo de capital de risco) que possa providenciar o “matching” de fundos com os instrumentos públicos

O. Transparência e prestação de contas

Constitui um princípio básico da IEC assegurar a total transparência do Programa. Nesse sentido, todos os mecanismos, instrumentos e processos assim como as decisões que serão tomadas no quadro do programa pelas Instituições que participam no seu desenvolvimento serão publicadas e poderão ser consultados pelo público.

Durante todas as fases deste Programa serão organizados debates públicos, apresentações, conferências e outro tipo de iniciativas abertas ao público destinadas não apenas a que a Cidadania tome conhecimento do desenvolvimento da Iniciativa e dos projetos que estão a ser apoiados mas também para que possa contribuir para melhorar a eficácia e o impacto do Programa.

As Instituições que conformam a IEC publicarão também os seus respetivos Relatórios de Atividade e Contas.

3. Os Programas transversais de Inovação Societal e Mudança

Como ficou exposto no Capítulo IV, ponto 1 G relativo à Rede de Comunidades para a Economia Cívica (pg. 23), é aconselhável organizar e desenvolver os diferentes Programas de Inovação Societal e Mudança em função dos seguintes critérios:

- Clusters geográficos:

A proximidade geográfica entre várias Comunidades, aconselha a que sejam criados Clusters de Comunidades e que os Programas de Inovação Societal e Mudança, embora preservem a sua autonomia, possam ser desenvolvidos em conjunto por forma a otimizar os recursos necessários à sua gestão e implementação.

- Similitude entre problemas, necessidades e desafios sociais

Existem fortes probabilidades de virem a ser identificados problemas, necessidades e desafios sociais similares em todas as Comunidades. Muito embora estes possam estar condicionados pelo contexto local e terem um impacto particular na Comunidade onde são analisados, as respostas devem ser passíveis de ser escaladas e/replicadas por uma questão de otimização dos recursos que consomem.

A conveniência e oportunidade de desenhar Programas transversais de Inovação Societal e Mudança será analisada nas primeiras reuniões das Comunidades com base numa proposta apresentada pela Equipa de Trabalho da IEC.

COMUNIDADE PARA A ECONOMIA CÍVICA
MEMBRO DA REDE DE COMUNIDADES - MEMBRO DO CONSÓRCIO
MEMBRO DO COMITÉ INVESTIMENTO

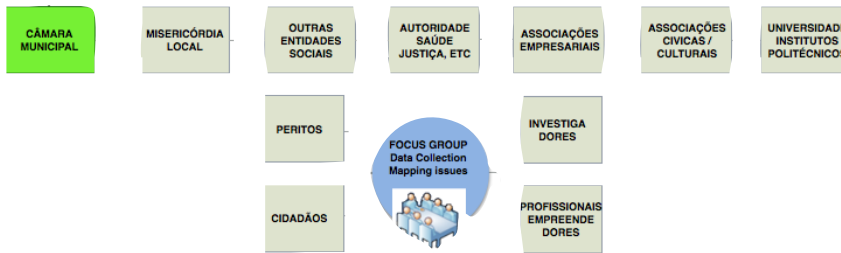
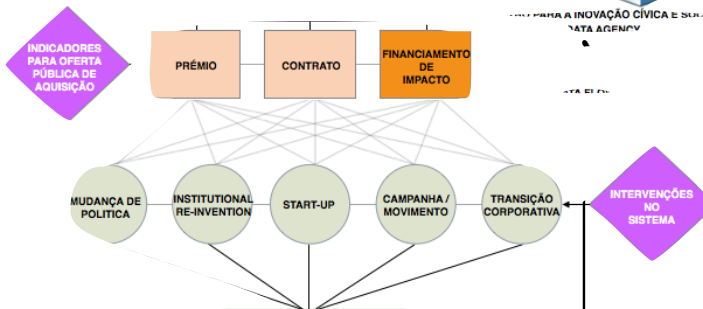


Diagrama da Rede de Comunidades Locais e do Programa para a Economia Cívica

DEBATE PÚBLICO
Mapear e compreender o contexto societal

PARCERIA PARA O IMPACTO COLETIVO

MÉTRICA DE IMPACTO PARTILHADA
INDICADORES DE IMPACTO
METODOLOGIAS DE IMPACTO



INTERVENÇÕES NO SISTEMA

CONCURSO PARA PROJETOS
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

- SISTEMAS
- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- CULTURA
- AMBIENTE
- SOCIAL
- PATRIMÓNIO
- TRANSPORTES



MEMBROS DO CENTRO PARA A ECONOMIA CÍVICA

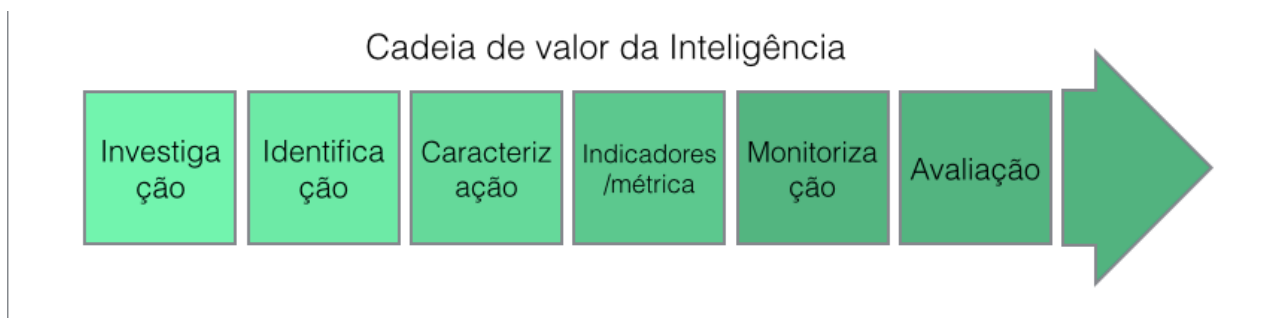
VI. A Rede de Conhecimento e Inteligência

Como ficou exposto ao longo do presente documento, a IEC pretende desenvolver um modelo económico que assenta numa economia de produção de bens e serviços de interesse geral que gerem um impacto societal positivo na Comunidade. Para que seja possível quantificar e avaliar este impacto, é necessário que se produzam, tratem, analisem e avaliem dados, em quantidade e qualidade suficiente para fundamentar as escolhas e as decisões sobre as iniciativas mais eficazes, sustentáveis e que produzem um maior impacto na Comunidade em resposta aos problemas, necessidades e desafios societais complexos que a esta se colocam.

Para que todas as decisões que vierem a ser tomadas no quadro das Comunidades para a Economia Cívica possam ser fundamentadas no sentido de serem escolhidos e desenvolvidos os projetos que melhor contribuam para o impacto coletivo desejado, é necessário organizar, no âmbito da Rede das Comunidades, uma segunda Rede de Conhecimento e Inteligência que envolva, por um lado, as Universidades e Institutos Politécnicos, Centros de Investigação e peritos, por outro entidades especialistas na recolha e tratamento de dados e, por fim, empresas de tecnologia informática e de comunicação e armazenamento de dados.

1. A cadeia de valor

Basicamente esta cadeia de valor é constituída por 6 fases tal como abaixo se apresenta.



Investigação

Nesta fase, a função/área de *Research* da Associação para a Economia Cívica procede à recolha de informação relevante e elaboração de um depositário de dados com o seguinte índice para cada comunidade (Objetivo: reduzir a assimetria de informação sobre as comunidades existente entre os agentes locais e os representantes da Associação)

1. Introdução, 2. Caracterização da Comunidade, 3. Geografia e Demografia, 4. Economia, 5. Educação, 6. Saúde, 7. Serviços Sociais, 8. Justiça e 9. Análise de indicadores de síntese

Identificação dos problemas, necessidades e desafios sociais complexos

Esta fase é desenvolvida pela Comunidades e tem por objetivo inventariar os problemas/necessidades/desafios sociais complexos e as oportunidades percecionadas pelos agentes intervenientes nas mesmas. Em resultado, deve ser enriquecido o dossier de informação preparado na fase anterior e utilizada a infraestrutura tecnológica para permitir o carregamento de informação e acesso à mesma pelos intervenientes.

Caracterização

Trata-se de desenvolver o conhecimento sobre as matérias / temas identificados na fase precedente. Nesta fase é desenvolvida a Rede de Conhecimento, envolvendo o Focus Grupo e os seus intervenientes tanto os ligados à Academia como os Especialistas convidados para as sessões de aprofundamento bem como os representantes da IECinteligencia.

Métrica

Nesta fase, a desenvolver pela IECinteligencia, em conjunto com a Academia relevante, tem por finalidade objetivar os indicadores e as metas a atingir no impacto desejado sobre os problemas/necessidades/desafios/oportunidades bem como os custos/benefícios envolvidos. A “inteligência” fornecida pela Rede de Conhecimento permitirá às Comunidades contratualizar os impactos desejados (Acordo de Impacto coletivo).

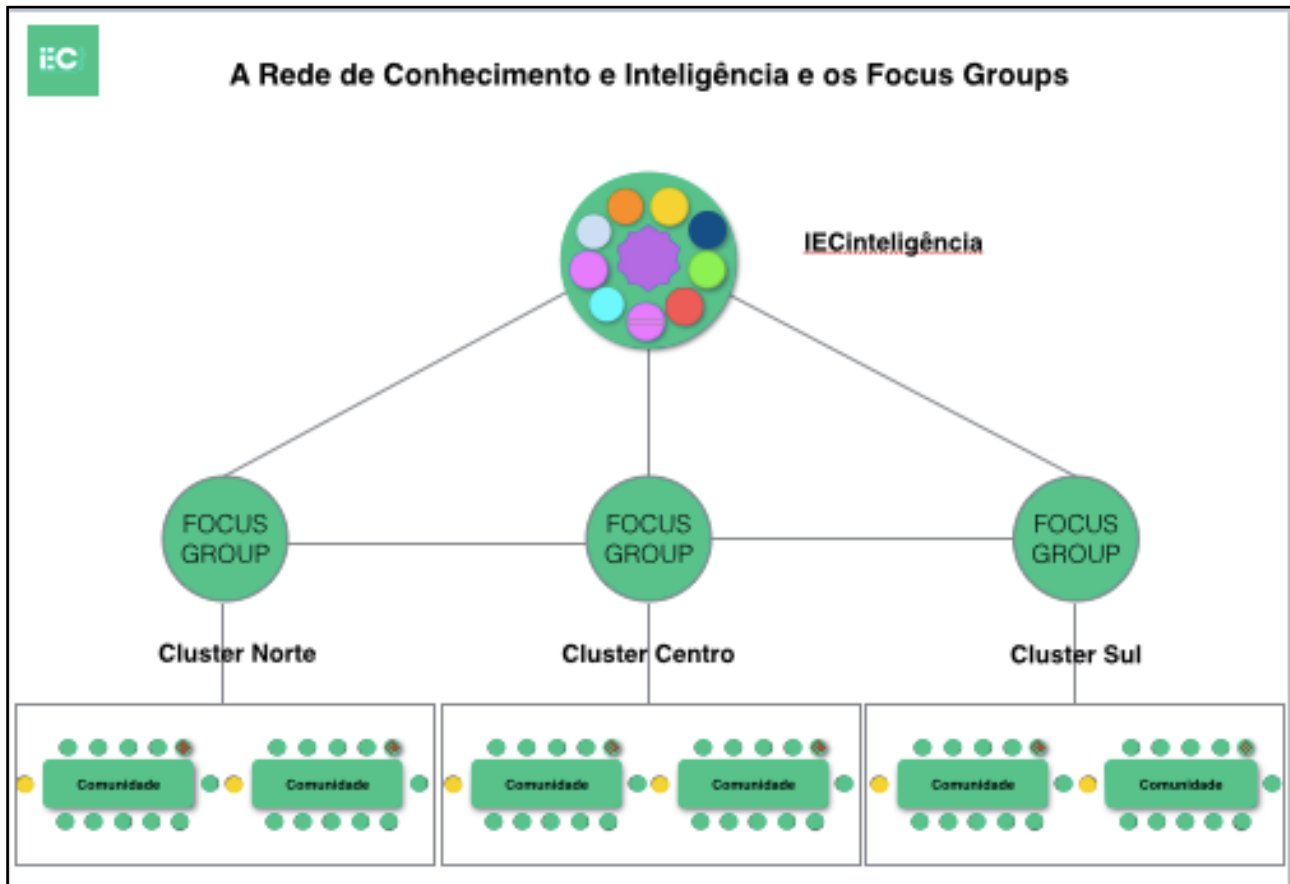
Monitorização

Nesta fase a IEC Inteligência desenvolverá os protocolos e instrumentos que permitirão realizar um seguimento rigoroso do desenvolvimento das iniciativas e projetos apoiados e monitorar o cumprimento/desvios dos indicadores fixados.

Avaliação

A última fase tem por objetivo avaliar os impactos individuais dos projetos e iniciativas apoiados assim como o impacto coletivo dos mesmos nas respetivas Comunidades. É também objetivo da IEC conseguir realizar uma avaliação do impacto do conjunto dos projetos e iniciativas no conjunto das Comunidades.

2. A estrutura da Rede de Conhecimento e Inteligência



As Comunidades para a Economia Cívica

Estrutura local constituída pelo Promotor da comunidade e pelos agentes económicos que aceitaram convite para participar conjuntamente com os representantes da Associação e da IECinteligência. Tem por finalidade desenvolver a discussão sobre as necessidades / oportunidades e, na fase de compromisso, concordar sobre os impactos sociais pretendidos com o programa de mudança

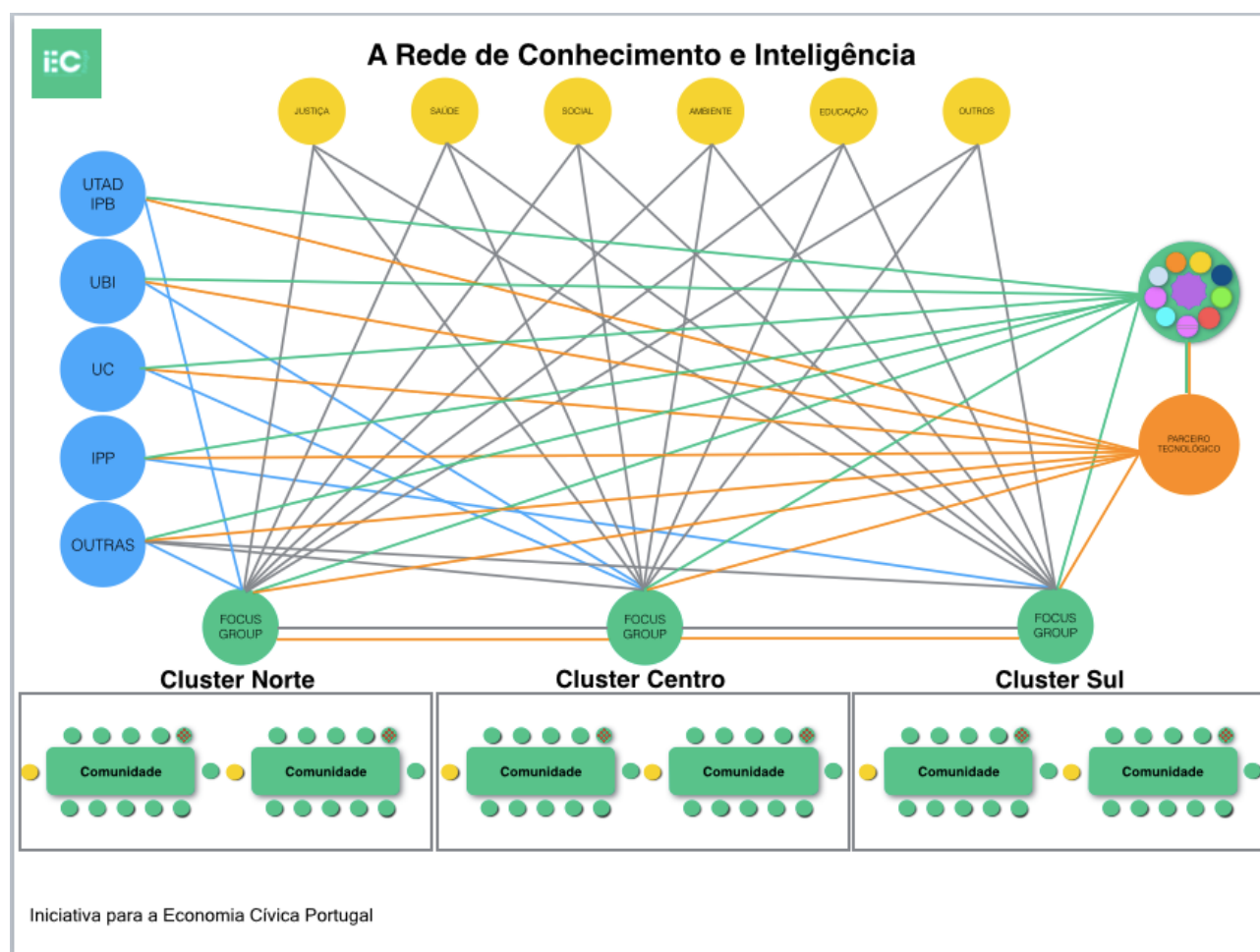
Os Focus Group

Estruturas agregadas aos Clusters de Comunidades compostas pela Academia (Universidades e Institutos Politécnicos), Especialistas (peritos locais e internacionais). É um grupo organizado que mediante agenda de trabalho, por temas, se reúne periodicamente, com vista a recolher, tratar e analisar a informação necessária ao processo de reflexão, debate e de decisão que tem lugar nas Comunidades em torno do Programa de Inovação Societal e Mudança. sobre as necessidades / oportunidades.

Suporte Tecnológico

Infraestruturas de equipamento e serviços de índole tecnológico que permitam agilizar os processos de recolha, tratamento, consulta e relato de informação relevante nos moldes adequados de conhecimento definido.

3. O funcionamento da Rede de Conhecimento e Inteligência



A IECInteligência desenvolverá a sua acção junto das comunidades partindo de temas problema identificados. A sua acção desenvolve-se com base na metodologia que mais se adequar para caracterizar, organizar a informação produzida e identificar as métricas que melhor suportem os objectivos e políticas a considerar no acordo de impacto. A forte probabilidade de se identificar problemas, necessidades e desafios sociais similares em todas as Comunidades permite a interligação entre os diversos temas e equipas, potenciada pela ligação em rede, e a partilha de informação e de recursos, com vista a produção de conhecimento.

Para o desenrolar da atividade que medeia entre a identificação dos temas e o acordo de impacto e conseqüente Programa de Inovação Societal e Mudança, serão organizados um conjunto de eventos que visam conduzir as discussões dos temas para fundamentação das soluções propostas assente na produção de conhecimento científico. Neste processo serão convidadas as instituições universitárias e peritos em matérias específicas, quer locais quer nacionais e/ou internacionais, a contribuir para a identificação das soluções com impacto societal. Os grupos serão adequados a abordar os temas por diversos ângulos, ou de forma interdisciplinar, a construir soluções inovadoras e com impacto societal assim como calcular os custos sociais futuros. As metodologias de produção, recolha e análise de dados, de tratamento da informação e das métricas identificadas serão determinantes para a evolução do conhecimento e gestão dos sistemas complexos, permitindo às instituições universitárias, uma base para a experimentação e validação de teorias e modelos construídos.

São para tanto criados três grupos agregadores das Comunidades, ou Clusters, que se propõem à execução do objeto da actividade da IECinteligência. Um no norte de Portugal que engloba as comunidades de Bragança, Vila Real e Gondomar, outra no centro de Portugal que agrega as comunidades da Fundão, Gouveia, Idanha-a-Nova, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Velha de Ródão e uma no sul para as Comunidade de Campo Maior que engloba Portalegre, Elvas, Arronches e possivelmente Badajoz.

As Universidades e os peritos convidados terão uma intervenção intensa e profunda, no desenvolvimento das metodologias adequadas e na identificação e quantificação das métricas que permitem fundamentar o acordo societal de impacto. A IECinteligência apoiará a execução das abordagens consideradas mais adequadas, para o tratamento dos temas, a organização dos trabalhos dos grupos envolvidos e a partilha do conhecimento produzido. A utilização dos meios digitais será de fundamental importância para agilizar e facilitar a produção e partilha da informação, razão da parceria com a empresa tecnológica e de comunicações.

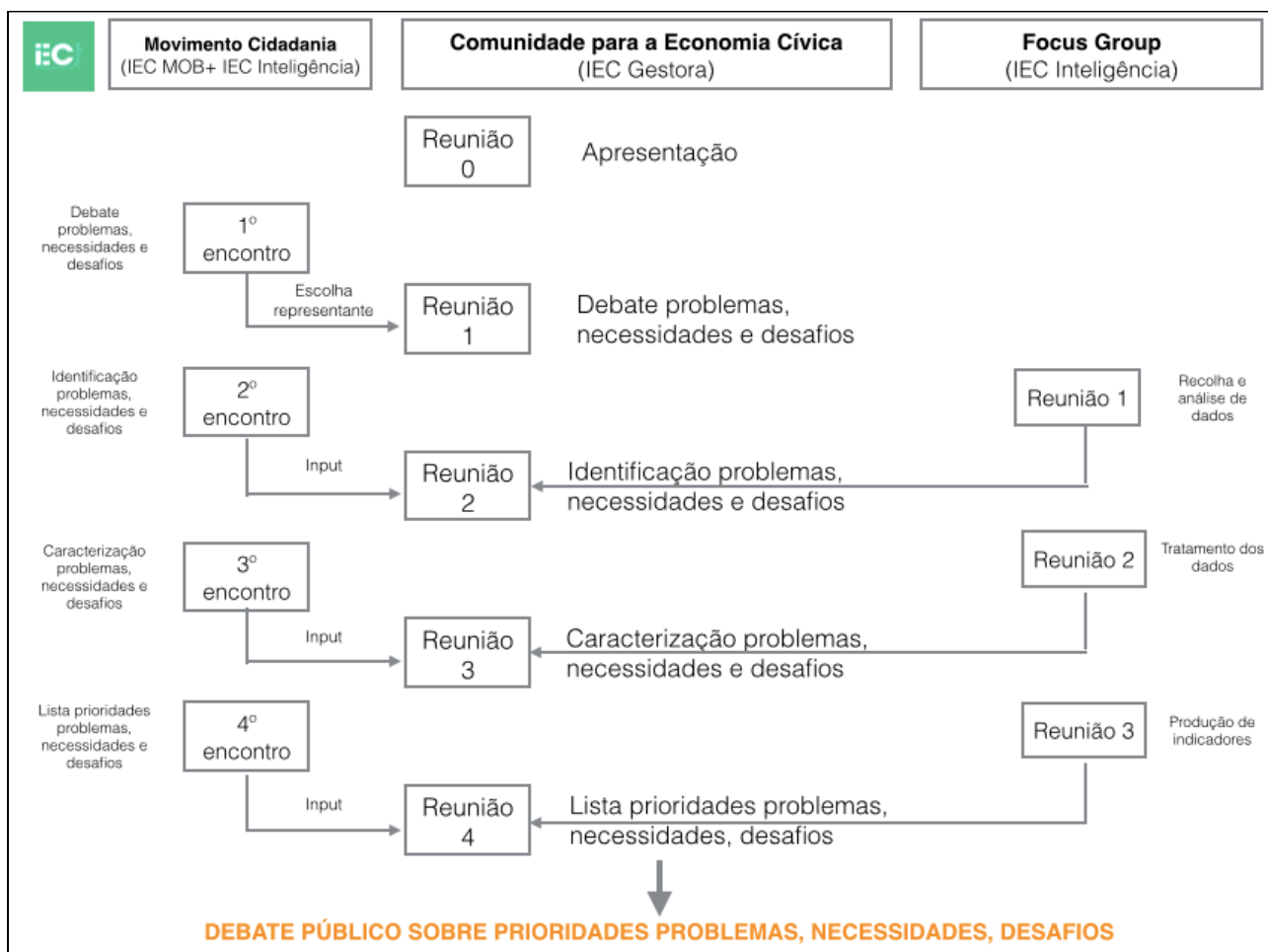
Em todo este trajecto, também está presente, a Cidadania, os principais *stakeholders*, que irá validar o acordo de impacto, suporte à elaboração do Programa para a Inovação Cívica e de Mudança. A publicidade de todo o trabalho produzido, será utilizada pela Cidadania para construir uma opinião formada, mais esclarecida sobre os problemas sociais e mais comprometida com as soluções para a gestão do bem comum e resolução dos problemas com impacto societal.

VII. Calendário

Calendário Comunidades para a Economia Cívica

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABADO	
	16	17	18	19	20	21	MARÇO
SESSÕES DE APRESENTAÇÃO DA IEC AS ENTIDADES		Penela					
	23	24	35	26	27	28	
		Vila Velha de Ródão					
	30	31					
	Miranda do Corvo	Gondomar					
	6	7					
SESSÕES DE CONSTITUIÇÃO DAS CECs E 1ª REUNIÃO CEC							
			Campo Maior	Penela	Fundão		
				Miranda do Corvo			
	13	14	15	16	17	18	ABRIL
	Vila Real			Bragança		IEC MOB FUNDÃO	
				Gouveia			
	20	21	22	23	24	25	
	SUL	CENTRO	NORTE	IEC MOB VILA VELHA DE RÓDÃO		GOUVEIA (Cerimónia pública)	
	27	28	29	30	1	2	
		Vila Velha de Ródão					
	4	5	6	7	8	9	MAIO
2ª REUNIÃO CEC							

Programa de Trabalho nas Comunidades para a Economia Cívica (abril - julho)



Interação entre as várias reuniões nas Comunidades

	ABRIL				MAIO				JUNHO				JULHO				
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
	Constituição das CECs																
	1ª reunião CECs		2ª reunião CECs		3ª reunião CECs		4ª reunião CECs		5ª reunião CECs								
						FG			FG			FG					
IEC Gestora	IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS, NECESSIDADES E DESAFIOS SOCIETAIS COMPLEXOS													DEBATE PÚBLICO DE VALIDAÇÃO			
IEC Inteligência	Criação Rede Conhecimento/ FOCUS Groups				RECOLHA, ARMAZENAMENTO, ANÁLISE DE DADOS CARACTERIZADORES DOS PROBLEMAS, NECESSIDADES E DESAFIOS SOCIETAIS COMPLEXOS												
IEC MOB	CRIAÇÃO DOS NUCLEOS DE CIDADÃOS IEC								IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS, NECESSIDADES E DESAFIOS SOCIETAIS COMPLEXOS								
	CANDIDATURA EIXO "CAPACITAÇÃO" Portugal Inovação Social													CANDIDATURA EIXO "PARCERIAS PARA A INOVAÇÃO" Portugal Inovação Social			

Abril 2015